



Contributos para a reforma do ensino obrigatório em Portugal¹

O meu interesse pela política educativa vem do início dos anos oitenta, quando escrevi em 1983 um texto sobre o que devia ser o ensino em Portugal, com um título que não é original mas é muito significativo – Educação para a Democracia.

Reli-o, quando juntava algumas ideias para esta reflexão e confesso que é triste verificar que, quase 25 anos depois, as razões de falta de qualidade do ensino se mantêm totalmente inalteradas. As mudanças necessárias continuam a esbarrar com os tradicionais objectivos de domínio do pensamento dos cidadãos que o Estado Novo reforçou e o 25 de Abril não alterou, mantendo a educação e as escolas sob o controlo centralizado e monolítico do Estado.

Foi a reflectir sobre para onde queríamos ir – e não a dizer mal do ponto onde estávamos – e aproveitando as reflexões e os debates em curso no início dos anos 80 em vários países, tanto no norte da Europa, em Inglaterra e na América como também no Extremo Oriente, com realce para a Austrália e a Nova Zelândia, que na altura constatámos existirem soluções

óbvias. Tão óbvias que se torna difícil perceber qual a razão porque não as implementamos também em Portugal.

PONTO DE PARTIDA: A GARANTIA DE UM ENSINO DE QUALIDADE

O Estado existe para servir os cidadãos – todos os cidadãos sem excepção – nisto todos estão de acordo. No que respeita ao ensino obrigatório, isto significa que o Estado existe para garantir que todas as pessoas têm acesso a um ensino de qualidade. Por outras palavras, são os alunos – os receptores da educação – e não as escolas – os fornecedores do serviço de educação – que devem estar no centro das preocupações do Estado. O objectivo último reside nos cidadãos. As escolas são prestadoras do serviço; são, portanto, meios para chegar a um fim, que é a educação dos alunos.

O que se verifica é que o Estado está mais ocupado com os fornecedores do serviço de educação do que com os cidadãos. Mais ainda, o Estado confunde-se ele mesmo com os fornecedores. É a gerir-se a si próprio que gasta a maior parte do tempo e energias, donde não lhe resta tempo para pensar nos destinatários do serviço. Ao invés de um “Ministério da Educação”, de que tanto o país precisa, temos um “Ministério da Gestão das Escolas”.

Note-se que sou um grande defensor dos Ministros da Educação e dos seus Secretários de Estado, independentemente das orientações políticas de cada um. Uns e outros esforçam-se, trabalham muitas vezes até ao limite das suas forças, mas o sistema tal qual existe leva os governantes a “esgotarem-se” na gestão e a passarem para segundo lugar os destinatários de tudo o que fazem, que são os alunos. Em última análise, como é que o Estado pode ser garante da qualidade de um serviço quando é, ele próprio, o fornecedor desse serviço? Como é que se pode ser árbitro e jogador ao mesmo tempo? Quem acredita na justiça de um juiz quando é, ele próprio, o “réu”?

O papel que defendo para o Estado na educação é o de um Estado forte, um Estado que garanta às pessoas o acesso a um ensino com qualidade. Nunca falo do Estado ser grande ou ser pequeno; isso é outra história, é uma consequência, não é um ponto de partida. O que todos sabemos é que um jogo só pode ser bem jogado quando as regras são claras e o árbitro percebe que o seu papel é o de garantir o cumprimento das regras com total imparcialidade. Ora, o Estado não cumpre o seu papel quando pactua com a existência de escolas com a péssima qualidade que algumas têm – algo que acontece quer com escolas do Estado quer com escolas privadas. É um “crime de lesa-majestade” lançarem-se para o futuro crianças e jovens sem um mínimo de conhecimentos e competências. É bom que tenhamos consciência de que estamos a condená-los a um futuro sem esperança; para eles e para Portugal. Não se indemniza uma criança que não teve uma educação adequada, pois perdeu-a para sempre. Essa é a tragédia de um ensino sem qualidade.

A visão de que as decisões e opções do Estado e dos seus agentes não são afectadas pelos seus próprios interesses e apenas olham aos interesses dos cidadãos a que diz servir está na origem de muitas tragédias na história da humanidade. Em Portugal adquiriu raízes sólidas durante o Estado Novo, que se alvorava ser o único verdadeiro intérprete do “Bem da Nação”. O juízo de valor que está por detrás desta visão – de considerar que outro alguém pode ser melhor juiz que eu sobre o que é bom para mim – tem uma longa vida, a começar na concepção da República de Platão de que há um grupo de pessoas que sabe melhor o que é bom para o povo. É um juízo de valor que se opõe total e radicalmente aos princípios da liberdade e das democracias liberais, sendo motivo de grande preocupação que se mantenha totalmente presente na organização do ensino, mais de 30 anos passados sobre o 25 de Abril. Enquanto tal não for alterado, enquanto este juízo de valor não for completamente erradicado da nossa cultura, as nossas liberdades e a nossa democracia estarão em perigo.

Só a vontade de controlar o pensamento dos cidadãos pode explicar a discriminação entre as escolas de que o Estado

é o dono – vulgarmente chamadas “escolas públicas”, mas que prefiro designar por “escolas estatais”, por razões que se tornarão claras mais à frente – e as que são propriedade de uma entidade não estatal. No Fórum para a Liberdade de Educação³ nunca interessou saber se as escolas são do sexo A, ou do sexo B, isto é, se o dono da escola é uma autarquia, se é o Estado central, se é um sindicato, se é uma empresa ou se é uma associação ou uma fundação, ou o que quer que seja. É uma distinção absolutamente irrelevante quando nos focamos no interesse dos destinatários do ensino, que são os alunos e mais ninguém. O que interessa saber é se o serviço é prestado com qualidade e com as características que são consensuais na sociedade – consenso esse que legitima a sua obrigatoriedade. Por outras palavras, o que interessa saber é se o serviço tem as características do um *serviço público de educação*, independentemente de se tratar de uma escola do Estado ou privada.

AUTONOMIA DA ESCOLA E ESCOLHA DA ESCOLA

O controlo centralizado e monolítico do ensino é também causa de graves prejuízos para a qualidade da própria educação. Se era assim no passado, hoje é muito mais! O mundo de então mudava devagar; era relativamente estático. Hoje, a velocidade de mudança é verdadeiramente impressionante. As sociedades são muito mais heterogêneas e estão em permanente mudança. Por isso, as necessidades educativas dos cidadãos são muito diferenciadas e estão, também elas, em constante modificação. Donde, o ensino não pode ser monolítico, centralmente dirigido, idêntico para todos, igual hoje e amanhã. Só libertando as energias da livre iniciativa dos cidadãos e das escolas – embora sujeitas à regulação do Estado – será possível dar resposta às necessidades concretas dos cidadãos nas sociedades modernas.

Esta reflexão acaba por nos levar a uma primeira conclusão óbvia: a necessidade de autonomia das escolas. A dimensão da autonomia mais importante é, obviamente, a pedagógica. Um exemplo muito simples bastará. Em Faro os alunos precisam um pouco mais de ensino de Matemática do que de Inglês e em Bragança mais de Inglês do que de Matemática. Não é sensato ter exactamente o mesmo número de horas semanais nas disciplinas de Matemática e de Inglês, em média, em Faro e em Bragança. Peguei num exemplo geográfico muito simples, mas a conclusão é válida a todos os níveis do funcionamento das escolas. Também dentro da mesma escola há crianças que precisam de mais apoio numa determi-

O Estado não cumpre o seu papel quando pactua com a existência de escolas com a péssima qualidade que algumas têm – algo que acontece quer com escolas do Estado quer com escolas privadas.



nada matéria e outras menos, portanto também aí a flexibilidade é uma condição de qualidade do ensino. Quem pode e deve decidir no âmbito dessa flexibilidade são os professores que estão junto dos alunos. Ao Estado cabe garantir que as crianças e os jovens atinjam aqueles mínimos de conhecimentos e competências que são considerados necessários para amanhã poderem ser cidadãos de pleno direito. Ora, não é possível conseguir essa flexibilidade com uma gestão centralizada do ensino. Temos de deixar aos professores essa responsabilidade. Temos de lhes dar a liberdade que dá sentido a essa responsabilidade. Com a noção clara que só é possível ter autonomia na gestão dos recursos educativos se houver autonomia administrativa e financeira.

A segunda conclusão óbvia é que não sendo as escolas todas iguais – nem sendo desejável que o sejam – alguém tem de escolher a escola que melhor responde às necessidades concretas de cada criança e melhor coopera com a sua respectiva família. Ora, nas sociedades abertas e que respeitam os princípios básicos das democracias liberais, essa responsabilidade só pode ser dos pais (ou de quem os substitua). A escolha ser feita pelo Estado é próprio de sociedades não democráticas, em que um grupo “iluminado” pretende saber melhor o que é bom para os outros e amordaça a liberdade dos

cidadãos. Quer isto dizer que para além da liberdade de ensinar, consubstanciada na autonomia da escola, independentemente da sua natureza estatal ou privada, tem também de ser respeitada e promovida a liberdade de aprender, onde assume particular relevo a liberdade de escolha da escola.

Os professores são como todos nós, têm qualidades e têm defeitos. Aliás, na minha opinião, a sua profissão tem o dom de os tornar, salvo raras exceções, em pessoas com um invulgar sentido de responsabilidade e de respeito pela dignidade humana que desponta em cada criança e jovem. Mas, quando tal não acontece, os pais, quando as crianças são pequenas, e os jovens, à medida que se aproximam da idade adulta, devem poder escolher outro professor ou, não sendo tal possível, escolher outra escola.

Sabemos que há quem use o argumento de que os pais não sabem escolher. É evidente que os pais não sabem escolher quando enfrentam uma organização em que não lhes serve de nada saberem escolher. Nenhum de nós, na maioria das coisas das nossas vidas, sabe aquilo de que não necessita. Pelo contrário, quando carecermos de alguma coisa, obtemos a informação que precisamos. Tem sido essa a experiência em todos os países em que foi introduzida a liberdade de escolha da escola.

De facto, ou acreditamos nas pessoas ou não acreditamos.



Se acreditamos que as pessoas são incapazes, então o melhor é controlarmos tudo. Era essa a base filosófica do Estado Novo. Mas, se queremos uma sociedade que respeite a dignidade das pessoas e que perceba que a liberdade individual é pedra angular dessa dignidade, então não resta outra alternativa que não seja acreditarmos nelas apesar dos seus defeitos, nas famílias apesar das suas fraquezas, nas iniciativas individuais ou colectivas apesar dos erros; a alternativa significa a destruição das liberdades e da dignidade das pessoas.

Dissemos que a função do Estado é garantir a todos os cidadãos o direito ao ensino obrigatório, no sentido de lhes garantir o acesso aos conhecimentos e competências que a sociedade definir consensualmente como devendo ser obrigatórios. Acesso esse que tem de ser exercido no quadro de uma efectiva liberdade de educação. Mas garantir o acesso a um serviço que custa recursos económicos é garantir o pagamento desses recursos. É, portanto, garantir a todos os cidadãos os meios financeiros correspondentes ao ensino obrigatório na escola da sua escolha – de acordo com o efectivo custo do nível de ensino em causa e das necessidades concretas de cada um. Ou seja, o Estado tem o duplo papel de garante do acesso a um ensino obrigatório de qualidade e de garante de que as famílias estão dotadas dos recursos necessários para poderem escolher

entre as escolas que prestam o *serviço público de educação*, independentemente de quem é o proprietário da escola.

O SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO

A inclusão de uma escola no *serviço público de educação* não é imediata. De entre os diversos requisitos que a escola tem de satisfazer há quatro que são especialmente importantes.

O primeiro diz respeito à qualidade do serviço. Não pode ser aceite uma escola que não satisfaça os requisitos de qualidade do ensino obrigatório ao nível das instalações ou da qualificação do corpo docente, entre outros. Compete ao Estado estabelecer essas exigências e garantir que são cumpridas por todas as escolas.

O segundo requisito tem a ver com os valores civilizacionais que tornam possível a vida numa sociedade aberta, liberal e democrática. Apenas alguns exemplos. Não podemos aceitar uma escola que ensine que o assassinio é uma forma de resolver problemas entre as pessoas. Não podemos aceitar uma escola que ensine que uma pessoa que pense de uma maneira diferente da maioria é uma pessoa que tem menor dignidade. Não podemos aceitar uma escola que promova o ódio a certos grupos na sociedade ou o desrespeito pelos outros, especialmente pelos mais velhos, pelas crianças ou pelas pessoas

do sexo oposto. Há uma série de valores que fazem parte da nossa civilização e que são inquestionavelmente consensuais na nossa sociedade, os quais devem integrar, direi mesmo enformar, os projectos educativos desenvolvidos no ensino obrigatório. Mas – nunca é de menos enfatizar – é essencial que se tratem de valores indiscutivelmente consensuais, sob pena de colocarmos a liberdade em perigo e, com ela, a dignidade humana de cada um.

O terceiro requisito a realçar nesta é o custo do *serviço público de educação*. Obviamente que o Estado, ao garantir a possibilidade de escolha da escola, tem que definir qual o custo do *serviço público de educação*. Por outras palavras, o Estado só tem de assegurar a liberdade de escolha – e estamos sempre a pensar essencialmente nas crianças e nos jovens que não têm recursos suficientes – entre as escolas (estatais e privadas) que aceitem esse montante que o Estado está disponível a dar a qualquer uma e igualmente a todas. Isto significa que aquelas escolas (estatais e privadas) que queiram ter um pagamento acima do custo definido pelo Estado estão fora da rede de *serviço público de educação*.

Note-se que, em rigor, o Estado não financia as escolas do *serviço público de educação*. O Estado financia as famílias, para que estas possam escolher entre as escolas dessa rede. O mecanismo de financiamento propriamente dito pode obedecer a diferentes soluções, conquanto a escolha (ou não) de determinada escola por parte de uma família se reflecta no montante recebido pela escola. Para garantir um mínimo aceitável de liberdade de escolha da escola, o Estado deverá também financiar – dentro de determinados limites – o transporte escolar para a escola da preferência do aluno, se esta se situar a uma distância que o exija.

Finalmente, o quarto requisito prende-se com a obrigatoriedade da sua abertura a todos os cidadãos, assegurando solidariamente com as outras escolas a universalidade e a gratuitidade do ensino. Isso implica garantir a qualquer aluno a prioridade de inscrição na escola da vizinhança/zona da sua residência ou numa das escolas dessa vizinhança, quando há mais do que uma³.

Daqui resulta poderem existir dois tipos de escolas: (1) as escolas que prestam o *serviço público de educação*, que nós designamos por “públicas”, sejam ou não de propriedade estatal, e (2) as escolas que designamos por “independentes”, que, por razões de preço ou outras, não são solidárias com as anteriores.

O Estado tem o duplo papel de garante do acesso a um ensino obrigatório de qualidade e de garante de que as famílias estão dotadas dos recursos necessários para poderem escolher entre as escolas que prestam o serviço público de educação, independentemente de quem é o proprietário da escola.

res em assegurem o direito à educação a todos os cidadãos⁴.

O caso típico em Portugal que ilustra bem esta distinção é o das escolas com “contrato de associação”. Há muita coisa a alterar na lei que rege estes contratos, mas é evidente que as escolas com contrato de associação são escolas que prestam o *serviço público de educação*.

CAMINHOS DE MUDANÇA

Após o 25 de Abril entendeu-se em Portugal trocar a estrutura francesa do ensino pela estrutura na altura em vigor na Suécia. Acontece que, ao longo dos anos 80, a Suécia veio a perceber que o seu ensino centralizado estava a ser incapaz de acompanhar a evolução tecnológica e as novas exigências do mundo moderno, incluindo as que respeitam aos novos desafios pedagógicos das crianças. O mundo havia entrado numa fase completamente diferente nos anos 80. Entrou-se na época digital. O ensino das crianças tinha de se adaptar a esta nova realidade. Os suecos aperceberam-se disso e, em 1992, introduziram a liberdade de educação em termos semelhantes aos que acima descrevi.

Também o ex-primeiro-ministro Tony Blair foi uma das pessoas que, após vários anos a tentar melhorar a qualidade do ensino em Inglaterra, acabou por se aperceber da incapacidade de um ensino centralizado e monolítico em dar resposta às exigências das sociedades modernas. Inicialmente ele acreditou que conseguiria pôr as escolas a funcionar melhor através de mais dotações financeiras, maiores controlos, melhor gestão, etc. O seu erro – como veio a reconhecer ao fim de vários anos de esforço e pouco sucesso – foi não ter criado desde o início as condições para que os agentes educativos – as escolas, os professores, os pais – participassem e assumissem as rédeas do processo. Finalmente, acabou por propor a introdução de grandes mudanças, muito na linha do que descrevi acima. O título do livro branco que apresentou ao parlamento britânico no final de 2006, e que marcou o início de uma nova era no ensino em Inglaterra fala por si: “*Higher Standards, Better Schools For All – More choice for parents and pupils*”.

Em Portugal temos igualmente de caminhar no sentido da liberdade de educação. Primeiro, como é evidente, para não voltarmos a perder a liberdade. É que é impossível desligar a liberdade de educação das outras liberdades fundamentais, tais como a liberdade de pensamento, de expressão, de religião e de associação. Se não houver liberdade de educação, todas as outras liberdades estarão em perigo. Segundo, porque só com liberdade de educação poderemos responder aos desafios dos tempos, quer em termos de qualidade do ensino, quer em prol da formação de uma cultura pessoal de liberda-

de e de responsabilidade e, com base nesta, de uma cultura de inovação e de empreendedorismo no mundo da economia, das artes, das letras, etc., em suma, do nosso desenvolvimento económico, social e cultural.

Um primeiro passo, que não acarretaria qualquer aumento de custos, seria permitir a escolha entre as escolas que já são pagas pelo Estado, obviamente sem prejuízo de estas estarem obrigadas a dar prioridade às crianças da vizinhança⁵.

A obrigatoriedade de matrícula na escola da área de residência prejudica essencialmente os mais fracos na sociedade. Os que têm mais recursos económicos conseguem escolher a escola que querem, seja porque podem comprar uma casa perto da escola que desejam, seja porque utilizam em benefício próprio os inúmeros alçapões da nossa intrincada regulação, seja porque possuem recursos económicos que lhes permitem escolher uma escola privada. O regime actual desfavorece os mais fracos. O falhanço do ensino tornou-se numa ratoeira contra os mais pobres. Os interesses instalados que impedem a mudança, muitas vezes apregoando a existência de fantasmas imaginários, são os verdadeiros culpados pela falta de esperança que encontramos em muitos jovens e pelo atraso de Portugal.

Um segundo passo respeita à criação de novas escolas. Sempre que numa determinada vizinhança/zona não existam escolas suficientes para garantir o acesso ao ensino obrigatório de todos os alunos nela residentes, o Estado deverá lançar um concurso público para a abertura de uma escola, estatal ou privada, e celebrar o respectivo contrato programa.

Um terceiro passo, relativamente ao alargamento da rede de *serviço público de educação*, só seria tomado num segundo tempo. Em concreto, mesmo que numa determinada vizinhança/zona já existam outros estabelecimentos de ensino, o Estado não poderá deixar de integrar na rede de *serviço público de educação* qualquer escola que satisfaça os requisitos dessa pertença, mesmo que isso possa desviar alunos das outras escolas que, portanto, sintam os efeitos da concorrência.

A concorrência sadia, a concorrência regulada, é essencial num mundo dinâmico, onde é necessário apelar ao conhecimento descentralizado e não ficarmos dependentes do conhecimento burocratizado em regime de monopólio. Não há liberdade sem concorrência. Não podemos ser livres se não podermos escolher e para escolhermos tem de haver concorrência. O contrário também é válido: não há concorrência sem liberdade. Basta olhar para todos os outros bens e serviços na sociedade, incluindo a literatura, a pintura, a música, o teatro, etc. O que seria se não houvesse concorrência na oferta destes serviços. É, todavia, evidente que a concorrência na educação tem de ser regulada. Essa é a função do Estado. Por isso repito que só um Estado forte, como regulador, pode garantir uma educação de qualidade.

Não acredito – e a experiência do século XX demonstrou-o sobejamente – que o planeamento central, quer da economia quer da educação, possa responder às necessidades do mundo moderno. No fim do século XIX, houve economistas que defenderam com toda a lógica que o planeamento central funcionava. Mas esqueceram-se da dinâmica das coisas. Porque se o mundo fosse estático, o planeamento central teria sido um sucesso. Hoje é unânime constatar que as sociedades que optaram pelo planeamento central – com boas intenções

A obrigatoriedade de matrícula na escola da área de residência prejudica essencialmente os mais fracos na sociedade. O falhanço do ensino tornou-se numa ratoeira contra os mais pobres.



muitas vezes — atrasaram-se e acabaram por não satisfazer os cidadãos que nelas foram acorrentados.

A mudança pertence à dinâmica; não pertence à estática. Num mundo que muda, nós também temos de mudar. Precisamos de novas respostas aos novos desafios. Precisamos de pessoas que sejam capazes de identificar as mudanças no mundo. Precisamos de quem seja capaz de pensar de uma maneira diferente, de ter iniciativas, de correr o risco que tal implica. Precisamos de um ensino que abra espaço à iniciativa, que incentive os professores a procurarem soluções diferentes para as questões e a estarem dispostos a correr o risco de acreditar nelas. É urgente que as escolas sejam indutoras nas crianças e nos jovens desta atitude de liberdade e responsabilidade. Ora, um ensino monopolizado, onde não haja espaço para a livre iniciativa, onde a cultura dominante seja a de que ninguém corre riscos, nunca será capaz de transmitir às crianças e aos jovens a atitude de empreendedorismo que faz avançar a cultura e a economia.

Claro que a causa fundamental da resistência à mudança é cultural. Mas sempre foi assim; e sempre será assim. A mudança é uma coisa que cria ansiedade. Se não tivermos pes-

soas com capacidade de liderança, nada acontece. A batalha pela liberdade de educação, antes de ser política, é uma batalha de ideias. É como a mudança do vento para um velejador. Se o vento mudar, os políticos mudam a posição da vela.

Estou consciente de que temos pela frente uma luta difícil contra os preconceitos que décadas de cultura estatista, antes e depois do 25 de Abril, conseguiram enraizar no pensamento dos portugueses. Mas a situação actual não pode continuar, porque o mal reflecte-se em vidas humanas concretas. Reflecte-se em pessoas que têm imensas dificuldades para ter uma vida digna.

Sei que o meu contributo é apenas uma gota de água no meio do oceano. Mas há muitas outras gotas. Nenhuma destas ideias e soluções é verdadeiramente original. Muito do que aqui escrevo já acontece em muitos países mais avançados do que o nosso. Em quais? Naqueles onde a qualidade do ensino é mais elevada. Nos países onde o Estado apoia e não amordaça. Onde se coloca ao serviço das escolas e não coloca as escolas ao seu serviço. Onde promove e não entrava as livres iniciativas. Países como a Suécia, a Dinamarca, a Holanda e a Inglaterra, na Europa. Como a Austrália, a Nova Zelândia, a Coreia do Sul, o Japão, na Ásia. E, claro, nos Estados Unidos da América¹.

Temos de olhar para estes exemplos e retirar deles lições para Portugal. É tempo de mudar de paradigma e recriar o Ministério da Educação, colocando-o ao serviço dos alunos, enquanto garante da qualidade da educação para todos sem excepção. ●

¹ Síntese do testemunho prestado no âmbito do Debate Nacional sobre Educação, a 4 de Janeiro de 2007 a convite do Conselho Nacional de Educação. ² O FÓRUM PARA A LIBERDADE DE EDUCAÇÃO é uma associação sem fins lucrativos criada em 2002, que nasceu da junção de esforços de um leque diversificado de cidadãos preocupados com a situação da educação e do ensino em Portugal. Desde a sua criação, o Fórum para a Liberdade de Educação estabeleceu como missão principal

constituir-se como espaço de reflexão, investigação e comunicação de ideias sobre a liberdade de educação, enquanto direito fundamental dos cidadãos, alertando para as questões concretas num espírito de abertura a todas as vias que possibilitem a rápida prossecução deste objectivo civilizacional. ³ A vizinhança deverá ser definida em função de critérios, tais como o número mínimo de alunos numa escola, a distância máxima à escola ou o tempo de duração do percurso casa-escola. ⁴ O paralelismo com os transportes públicos pode ajudar a clarificar o conceito de “escola pública” que defendemos. Transportes públicos são todos aqueles que estão abertos a todos os cidadãos — independentemente de serem detidos pelo Estado central, por uma câmara municipal, por uma empresa ou por uma associação — e cumprem certos requisitos de preço, segurança, regularidade, etc. Da mesma forma, uma escola é “pública” se cumprir os requisitos estabelecidos pela lei —, designadamente em termos de infra-estruturas, equipamentos, componente obrigatória dos currículos — e estiver aberta a todos os cidadãos, assegurando solidariamente com as outras escolas a universalidade e a gratuitidade do ensino. Assim se forma a rede de “serviço público de educação”. ⁵ Estas e outras regras já são actualmente impostas quer às escolas do Estado quer às escolas privadas com contrato de associação. ⁶ Os Estados Unidos são um país especial porque, na realidade, são um verdadeiro continente, onde há de tudo. É lá, todavia, que vamos encontrar algumas das evoluções mais interessantes, com um leque riquíssimo de estudos a analisá-las e a avaliá-las.